
EFEITOS ECONÔMICOS E DISTRIBUTIVOS DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS NO BRASIL

Graziella Magalhaes*

ORCID: 0000-0001-6549-2032

E-mail: graziella.magalhaes@ufv.br

Leonardo Chaves Borges Cardoso*

ORCID: 0000-0002-5757-107X

E-mail: leonardocardoso@ufv.br

(*) Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

Introdução

Este editorial foi escrito durante os meses de maio e junho de 2020. Essa é uma informação relevante diante do tamanho do desconhecimento em relação ao SARS-CoV-2, e à velocidade com que as informações são atualizadas. Até o momento¹, existem mais de 445 mil mortes pela COVID-19 no mundo, 47 mil só no Brasil (ver Figura 1 para os dados do Brasil). Em número de infectados, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo e já é considerado o novo epicentro da doença. São mais de 980 mil pessoas infectadas, atrás apenas dos Estados Unidos. Considerando mortes por milhão, o Brasil tem 224 mortes por milhão, 3,8 vezes a média mundial de 58 mortes por milhão. Mas, ainda longe dos dez primeiros colocados, que têm taxas entre 355 e 835 mortes por milhão, para Estados Unidos e Bélgica, respectivamente (Coronavirus Resource Center, 2020).

Com relação a acurácia dos dados brasileiros, especialistas na área de saúde apontam a possibilidade de subestimação tanto do número de casos, quanto do número de mortes. Nos casos, o Brasil testa relativamente pouco para a doença, 11 mil testes por milhão de habitantes. Testa-se menos do que nos vizinhos Peru e Chile (ambos com mais de 40 mil testes por milhão). E muito menos do que os países mais atingidos pela doença até o momento, como

¹ Todos os dados do total de mortes, testes e mortes por milhão da COVID-19 deste parágrafo, e do próximo, foram coletados dia 19 de junho de 2020.

Estados Unidos, Espanha e Portugal (todos com mais de 80 mil testes por milhão) (Ritchie et al., 2020).

Suspeita-se que as mortes pela COVID-19 estejam sendo contabilizadas como síndromes respiratórias graves (SRAG). O dados do InfoGripe (2020) reportam que semanas de maio de 2020 tiveram até quatro vezes mais casos de SRAG do que as piores semanas já encontradas na série de 2014 a 2019².

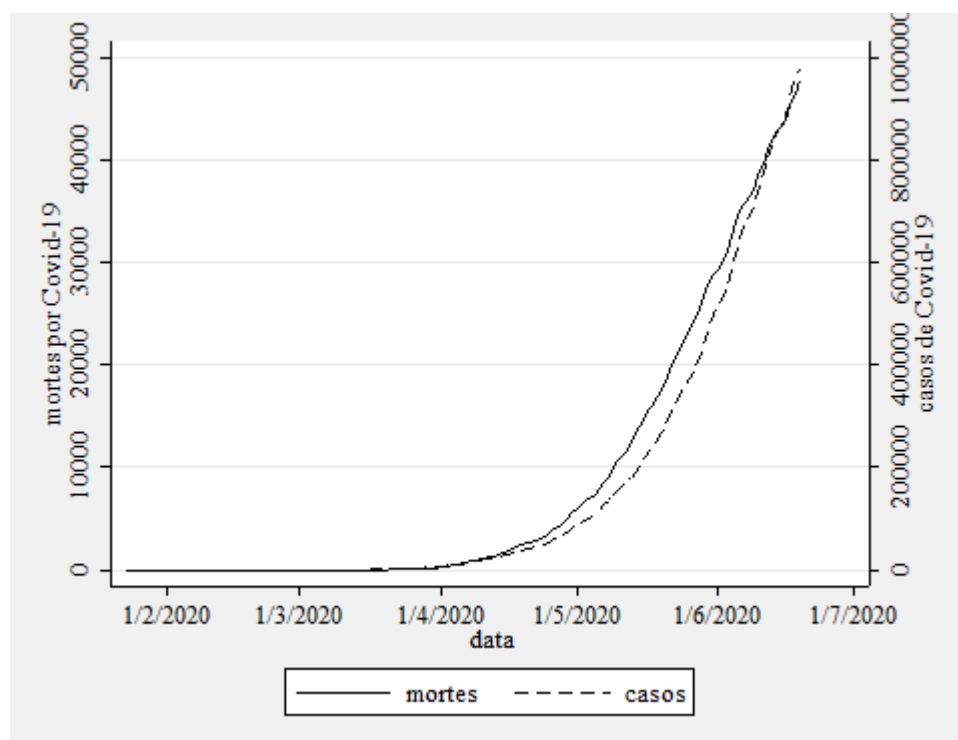


Figura 1. Casos e mortes pela COVID-19 no Brasil.

Fonte: Elaboração própria com dados de Coronavirus Resource Center (2020).

Devido ao desconhecimento de como lidar com o novo vírus, e à sua transmissibilidade, a estratégia adotada na maioria dos países, e a indicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é o distanciamento social. Por isto, em maio de 2020, o mundo possuía 1,6 bilhões de estudantes sem aula, ou com aulas presenciais transferidas para aulas online (Miks e Mcilwaine, 2020). As reduções de tráfego aéreo eram de 84% na Europa, no Brasil a queda chegou a 90%, ambas em relação a março de 2019 (Eurocontrol, 2020).

Com a paralisação das atividades econômicas, as primeiras estatísticas divulgadas já mostram o tamanho da crise e o difícil cenário futuro. Nos Estados Unidos, cujo primeiro caso do vírus foi notificado no dia 21 de janeiro de 2020, o PIB do primeiro trimestre recuou 4,8% quando comparado ao trimestre anterior (BEA, 2020). No Brasil, onde o primeiro caso foi notificado um mês depois, a queda do produto no primeiro

² As piores semanas de cada ano têm entre 0,3 e 1,4 casos a cada 100 mil habitantes. Na semana 19 de 2020 são quase 6 casos a cada 100 mil habitantes (InfoGripe, 2020).

trimestre foi da ordem de 1,5%, também em comparação com o trimestre anterior (IBGE, 2020).

A queda no primeiro trimestre é apenas a ponta do *iceberg*. Enquanto, antes do surgimento da doença, as projeções apontavam para um crescimento de mais de 2% do PIB brasileiro (BCB, 2020a). Após o surto de coronavírus no país, as novas previsões indicam uma queda de aproximadamente 4,5% do PIB (BCB, 2020b). Queda superior aos péssimos anos de 1981, 2015 e 2016, mas ainda menor do que as sofridas pelos países afetados pela gripe espanhola de 1918, entre 6 e 8% do PIB³ (Barro et al., 2020).

Diante do atual cenário de crise econômica em decorrência da epidemia, o objetivo deste editorial é lançar luz aos desafios que já estão postos e os que surgirão. Cabe ressaltar que análise aqui feita possui severas limitações, uma vez que existem várias incertezas na comunidade científica em relação ao comportamento futuro do SARS-CoV-2.

Crise sanitária e seus impactos na economia

O principal desafio que está posto é o combate à crise sanitária imposta pelo surgimento desse novo vírus. Não há como discutir recuperação e reabertura da economia sem antes controlar o contágio, aumentar o rastreamento da doença e permitir a resposta adequada do sistema de saúde. O *tradeoff* entre saúde e economia é um falso dilema. Não há retomada econômica que não passe pelo controle da crise sanitária.

Algumas lições aprendidas com pandemias anteriores indicam a importância do distanciamento social logo no começo da crise sanitária. Tomemos como exemplo o caso da pandemia de influenza que assolou o mundo no século passado, a gripe espanhola ou gripe de 1918. Apesar das estimativas a respeito do número de mortos por essa pandemia variar bastante, é consenso que por volta de 1 e 2% da população mundial foi dizimada⁴. Considerando seus efeitos econômicos sobre as nações, Barro et al. (2020) indicam que, na média, os países sofreram quedas entre 6 e 8% do PIB. Vale destacar, no entanto, os efeitos do distanciamento social sobre a economia. De acordo com Correia, Luck e Verner (2020), as cidades americanas que adotaram distanciamento social conseguiram acelerar o crescimento pós-pandemia.

Correia, Luck e Verner (2020) concluíram que os malefícios do distanciamento social chegam para todos, mas os seus benefícios, só para aqueles que o praticam. Em outras palavras, para a gripe de 1918, de acordo com os autores, não existiram custos extras com o distanciamento social.

³ Os autores controlam para os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a taxa de crescimento do PIB.

⁴ Segundo as estimativas de Spreeuwenberg et al. (2018), tal pandemia matou ao redor de 17,4 milhões de pessoas, já de acordo com Barro et al (2020), dobro de pessoas foram mortas. Considerando que naquela época o mundo tinha ao redor de 1,8 bilhão de pessoas, estima-se que entre 1 e 2% da população mundial foi dizimada.

Mas, o distanciamento conseguiu tanto diminuir a taxa de mortalidade da doença, quanto acelerar o crescimento pós-pandemia nas cidades que o fizeram. Os autores trazem também contribuições a respeito da importância da rapidez das ações de combate. Agir primeiro não piora a situação da crise econômica, mas aumenta a probabilidade de um crescimento maior no longo prazo.

Não está claro quão prolongada será a crise sanitária e a consequente interrupção das atividades econômicas, uma vez que ainda não há vacina. Tampouco existem evidências científicas de que a presença de anticorpos no organismo humano implique em imunidade. Se implicar de fato, estudos mostram que a imunidade de rebanho só é atingida quando aproximadamente 70% da população estiver imune, seja via vacina, ou via exposição natural (Kwok et al., 2020). Sendo assim, será necessário criar mecanismos de convivência e o cenário mais provável é que tenhamos que lidar com ondas de contágio, e quarentenas intermitentes. Isso implica que a retomada das atividades será seguida por novas interrupções e, portanto, o impacto sobre as atividades econômicas será prolongado.

Enfrentamento à crise econômica: os desafios brasileiros

Como discutido, apesar da atual crise não ter origem econômica, a mesma tem graves efeitos econômicos e sociais. Ao contrário das crises econômicas anteriores, originalmente focalizadas em setores financeiros e bancários - como a Grande Depressão e a crise do subprime americano - a crise atual atinge fortemente o setor de serviços e a indústria. Estes setores são conjuntamente responsáveis por aproximadamente 80% do PIB brasileiro⁵. Estamos, portanto, diante de uma crise econômica de grande magnitude.

Para discutirmos as medidas de enfrentamento da crise, e a futura recuperação econômica, é necessário analisar o cenário econômico brasileiro antes do surto de coronavírus. Antes da pandemia, o Brasil apresentava uma lenta recuperação da recessão iniciada nos anos de 2014-15. A comparação entre as taxas de crescimento médio nas últimas duas décadas permite notar o quão acentuada é a atual falta de dinamismo da economia brasileira. Enquanto, na década da crise do subprime americano, de 2001 a 2010, o Brasil cresceu em média 3,7% ao ano, na década atual, de 2011 a 2019, a média anual de crescimento do PIB é de apenas 0,6% ao ano.

Apesar da retomada da agenda de reformas econômicas após o ano de 2016⁶, do controle da taxa de inflação, e da trajetória de redução da taxa de juros, a recuperação econômica permaneceu lenta. Alguns fatores estruturais ajudam a explicar o fraco dinamismo econômico brasileiro, dentre os quais podemos citar: baixa produtividade, baixa qualidade educacional, pequeno investimento em ciência, sistema tributário distorcivo, instituições fracas e insegurança jurídica.

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶ Reforma trabalhista, implementação do teto do gasto público e reforma da previdência.

Aliado ao baixo crescimento, o cenário fiscal brasileiro é de alto endividamento, quando comparado aos países emergentes. Em média, os países emergentes possuem endividamento de aproximadamente 47,7% do PIB⁷. O Brasil, no entanto, possui endividamento público de aproximadamente 73,4%. Apesar do alto endividamento e da elevada carga tributária brasileira, cerca de 33% do PIB, a qualidade e eficiência dos serviços públicos é muito inferior à de países com o mesmo nível de tributação.

No tocante ao mercado de trabalho, o Brasil é historicamente uma economia com elevado desemprego e alta informalidade. De acordo com o último dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)⁸, antes do surto de coronavírus no país, 11,6% das pessoas economicamente ativas estavam desempregadas. Vale notar ainda, a elevada vulnerabilidade das pessoas empregadas, que as tornam mais expostas à crise no mercado de trabalho. Do total de pessoas empregadas, 17,4% não possuem carteira assinada e 18% são trabalhadores por conta-própria sem CNPJ.

Com avanço do SARS-CoV-2 no país, além da crise sanitária e econômica inerentes a epidemia, os entes da federação também suscitaram uma crise política. Não cabe aqui discutir com maior profundidade as nuances que envolvem esta crise política. Mas sim, destacar seus efeitos adversos sobre a economia. A ausência de estratégias políticas integradas para o efetivo combate da epidemia gera uma ação descoordenada de estados e municípios e uma falta de direcionamento claro para população. O efeito disso sobre a economia é o aumento das incertezas e prolongamento da crise econômica.

A breve exposição que fizemos nos ajuda a contextualizar o cenário econômico e político no qual a pandemia atingiu o país. Uma vez cientes desse cenário, podemos então discutir os rumos que estão sendo traçados. Para combater a epidemia e mitigar seus efeitos econômicos e sociais, é senso comum entre os economistas que os governos precisarão elevar seus gastos públicos. De acordo com estimativas da OCDE, os países ricos devem assumir pelo menos US\$ 17 trilhões de dívida pública extraordinária enquanto combatem as consequências econômicas da pandemia. No caso brasileiro, o Governo Federal lançou um pacote de medidas que objetivam a preservação do emprego e manutenção da renda, o aumento do crédito a empresas e auxílio a estados e municípios. Considerando as despesas já contratadas pelo governo brasileiro, Lisboa et al. (2020) estimam que a despesa extraordinária com a pandemia pode chegar R\$ 426 bilhões. Isto implica que o déficit público brasileiro, cujo montante previsto antes da pandemia era de cerca de R\$ 115 bilhões, pode chegar à marca de R\$ 712 bilhões⁹. Caso as medidas já contratadas sejam prorrogadas, o estudo estima que o déficit público pode atingir R\$ 1,2 trilhão.

⁷ Dados do Banco Mundial, referentes ao último ano disponível, 2016.

⁸ Dados referentes ao trimestre móvel de dezembro-janeiro-fevereiro de 2020.

⁹ Considerando a expectativa de queda de receita no montante de R\$ 171 bilhões.

Como a situação fiscal brasileira já é de elevado endividamento, o aumento do déficit público em decorrência da pandemia, gera o risco de insustentabilidade da dívida pública. O estudo de Lisboa et al. (2020) analisa a trajetória da dívida pública de acordo com diferentes trajetórias de recuperação econômica. Mesmo no cenário mais otimista de recuperação econômica, que prevê que o PIB caia 5% neste ano e cresça, em média, 3% ao ano a partir de 2021, com os juros reais da dívida caindo para 2% ao ano, a dívida só cairia para menos de 100% do PIB no início da próxima década. Considerando um cenário mais realista, com crescimento de 3% nos próximos dois anos e de 2% a partir de 2023, e taxa de juros da dívida de 4%, a dívida pública chegaria a 120% do PIB no final da próxima década. Estas análises consideram que o aumento do gasto público é transitório. Contudo, diante do atual cenário político, há o risco de tais gastos se tornarem permanentes e que a trajetória da dívida pública se torne insustentável. Existe, portanto o risco que a elevação contínua da dívida pública ameace os investimentos do setor privado e torne-se um empecilho ao crescimento.

Se por um lado é consenso que os governos devem aumentar seus gastos para mitigar os efeitos dessa crise, por outro lado o aumento dos gastos pressiona ainda mais o já deteriorado cenário fiscal brasileiro. Nesse sentido, torna-se crucial a avaliação da eficácia das medidas adotadas. Obviamente, é muito cedo para avaliar os efeitos de tais medidas, uma vez que a disponibilidade de dados é muito limitada. Contudo, dada a urgência da resposta à crise, optamos por fazer uma discussão preliminar sobre tais políticas, limitada ao seu desenho e implementação. Em termos gerais, podemos dividir as políticas econômicas adotadas em três grandes categorias:

- Políticas de Emprego e Renda: Auxílio emergencial, Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.
- Políticas de Crédito: Programa Emergencial de Suporte a Empregos do BNDES, BNDES Crédito Pequenas Empresas, FAMPE - Parceria Caixa e SEBRAE, PRONAMPE – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- Outros Auxílios: auxílio a estados e municípios, adiamento de pagamento de impostos, entre outros.

Ressaltamos, novamente, as limitações da discussão que seguirá. Não é nossa intenção fazer uma avaliação das políticas, uma vez que os microdados ainda não foram disponibilizados em sua totalidade. O que faremos a seguir é apenas discutir a implementação dessas políticas e apresentar alguns números preliminares. Conclusões sobre a eficácia de tais políticas não podem ser extraídas dessa análise. A primeira observação que podemos fazer sobre as medidas de enfrentamento a crise é a respeito da demora do governo em implementá-las. A Figura 2 mostra a evolução de casos confirmados de coronavírus e a data de anúncio das medidas. As primeiras políticas econômicas só foram anunciadas pelo governo no dia 22 de março de 2020, isto é, quase um mês após a confirmação do primeiro caso. Neste dia, o país já registrava 1.546 casos confirmados e estados, como

São Paulo e Rio de Janeiro, já adotavam medidas mais estritas de distanciamento social. Vale destacar que além da demora em anunciar, após o anúncio as políticas demoraram a serem implementadas.

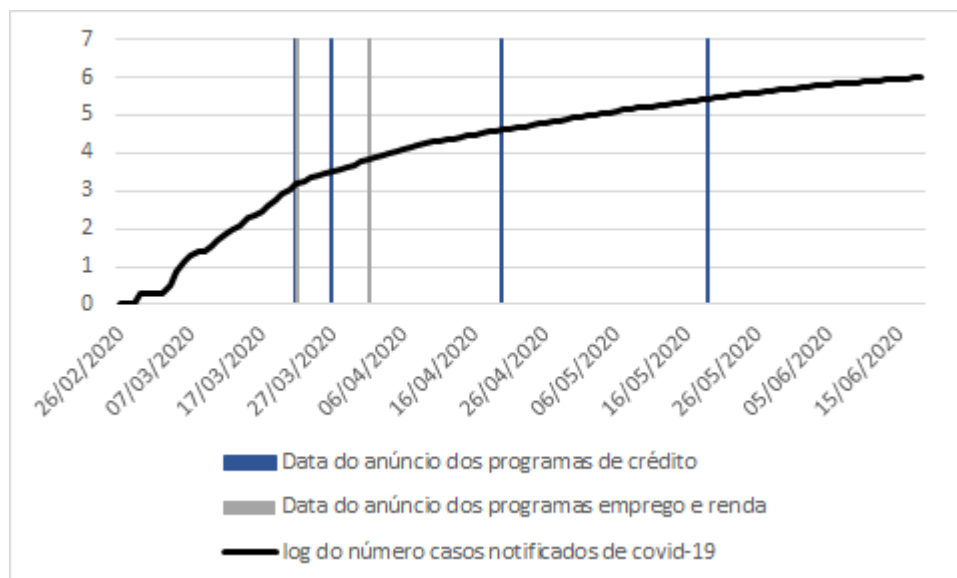


Figura 2. Evolução de casos confirmados de coronavírus e a data de anúncio das medidas econômicas de enfrentamento da crise.

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério da Saúde e de portais de notícias.

Considerando o primeiro grupo de políticas, podemos inferir que as mesmas foram efetivas com relação a sua cobertura. O auxílio emergencial, programa de manutenção de renda destinado a desempregados e informais, já contemplou 55,1 milhões de beneficiários, totalizando R\$ 85,5 bilhões¹⁰. Além de garantir renda a esses beneficiários, o auxílio emergencial permitiu aumentar a visibilidade de uma população vulnerável, que permanecia invisível a políticas públicas.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda permitiu uma maior flexibilização dos contratos de trabalho, com o intuito de preservar os vínculos empregatícios e a renda. Este programa permite a redução da jornada ou suspensão do contrato de trabalho por até 60 dias, com a manutenção do vínculo empregatício e compensação salarial pelo governo. Ao todo, 8,15 milhões de pessoas com carteira assinada já aderiram ao programa, isto corresponde a 21% do estoque do emprego formal¹¹. Apesar da adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego, os fortes reflexos da crise no mercado de trabalho já podem ser sentidos. A principal estatística mensal de fluxo de entrada no emprego e desemprego, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mostra que foram fechadas 1,1 milhões de vagas de emprego

¹⁰ Dados referentes ao pagamento da primeira e segunda parcela até o dia 23 de maio de 2020.

¹¹ Consideramos dados da pesquisa CAGED em abril de 2020: 38.046.391 pessoas.

entre os meses de março e abril de 2020. Os setores mais atingidos são os setores de serviços e comércios.

Dada a velocidade da crise, e seus reflexos rápidos sobre o mercado de trabalho, é crucial analisarmos os dados com a maior periodicidade possível. Para isso, podemos utilizar os dados de requerimento do seguro-desemprego, que são divulgados quinzenalmente. Comparando os requerimentos da primeira quinzena de maio de 2020 com a primeira quinzena de maio de 2019, observamos um aumento de 76,2% no número total de requerimentos. Apesar do elevado aumento de pedidos de seguro-desemprego, esse dado pode estar subestimado, uma vez que o atendimento presencial está suspenso devido a pandemia.

Além das políticas de emprego e renda, o governo federal lançou programas de crédito que visam ajudar as micro e pequenas empresas que estejam enfrentando dificuldades durante a crise. Para compreender o volume de demanda por este tipo de auxílio durante a crise, são apresentados alguns resultados da pesquisa “O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios”, realizada pelo SEBRAE. A pesquisa com cobertura nacional foi realizada entre os dias 03 e 07 de abril, e possui erro amostral de 1%. De acordo com pesquisa, 58,9% das micro e pequenas empresas brasileiras interromperam o seu funcionamento temporariamente e 31% mudaram o funcionamento. Para 87,5% das empresas o faturamento mensal diminuiu, e 54,9% dos micro e pequenos empresários acreditam que precisarão de empréstimos para manter a empresa funcionando sem gerar demissões.

As regras dos programas de crédito citados anteriormente diferem entre si, mas possuem um item em comum, com exceção do FAMPE - Parceria CAIXA e SEBRAE: a solicitação do empréstimo é realizada diretamente com agentes financeiros autorizados. São as instituições financeiras que em última instância decidem sobre concessão do empréstimo. Na prática, conforme pesquisa do SEBRAE, das empresas que solicitaram empréstimos apenas 11,3% conseguiram. De acordo com o levantamento do Banco Central, divulgado no dia 07 de maio 2020, apenas 1% do orçamento liberado para financiamento de folha de pagamento foi efetivamente concedido. Assim, apesar do grande volume de recursos direcionados a auxílios a pequenas e médias empresas - 4,39% do PIB de acordo com estimativas da COVID-19 International Small Business Study -, podemos perceber que o desenho da política cria barreiras para a concessão do crédito e dificulta que o auxílio chegue até a ponta.

A recuperação brasileira dessa crise dependerá crucialmente se esse choque terá efeitos transitórios ou duradouros sobre o mercado de trabalho e formação de capital. Além disso, o efeito da crise dependerá da efetividade das políticas econômicas de mitigação. Ainda é muito cedo para tal análise. Apesar das políticas econômicas adotadas, os dados sugerem fortes efeitos da crise sobre o mercado de trabalho, sobre as pequenas e médias empresas e sobre o endividamento público.

Pandemia e seus impactos distributivos

Pacificado que pandemia terá sérios efeitos econômicos, a próxima pergunta é se estes terão a mesma intensidade para todos. As respostas preliminares mostram que não. Em relação aos países, projeções da EIU (Economist Intelligence Unit) advertem para a possibilidade do Brasil ser mais afetado do que a média mundial, com a renda do brasileiro caindo em relação ao resto do mundo.

Outra preocupação é se a pandemia terá efeitos na desigualdade e pobreza intra-país, principalmente pelo Brasil figurar na lista dos dez países mais desiguais do mundo¹², e ter 4% da população vivendo em extrema pobreza¹³. Ao olhar o que já se sabe sobre outras crises, as recentes pandemias SARS (2003), H1N1 (2009), MERS (2012), Ebola (2014) e Zika (2016) aumentaram a desigualdade nos países afetados, com o gini aumentando 1,25 p.p. 5 anos após o começo de cada pandemia (Furceri et al. 2020).

Uma vez infectado pelo SARS-CoV-2, nem todas as pessoas têm as mesmas chances de recuperação. Fatores como a idade mais avançada e a presença de comorbidades crônicas diminuem a taxa de recuperação. Vulnerabilidade econômica também parece ter um papel na probabilidade de recuperação: lares mais pobres têm quase o dobro de chances de morte pela COVID-19 na Inglaterra (ONS, 2020). No Brasil, usando uma amostra da cidade do Rio de Janeiro, Silva e Ribeiro-Alves (2020) indicam que a probabilidade de contrair COVID-19 é maior conforme aumenta a renda, porém a taxa de letalidade da doença é maior quando a renda diminui. Obviamente que esta é uma foto inicial da COVID-19, e considerações como diferenças na testagem dentre as classes de renda podem explicar parte das diferenças nas taxas de contágio e letalidade.

Seguindo linha semelhante, Batista et al. (2020) indicam que a probabilidade de recuperação do paciente é quase o dobro se ele residir em uma cidade com alto índice de desenvolvimento humano (IDH) (maior do que 0,8), em comparação com uma cidade de IDH baixo (menor do que 0,5). O IDH capta fatores como acesso à saúde, renda per capita e escolaridade da média do município, mas o relevante é que esta é uma primeira evidência de que as desigualdades permanecem mesmo após contrair a doença.

A relação entre a COVID-19 e a extrema pobreza foi estimada por Sumner et al. (2020). Segundo os autores, a crise econômica pode aumentar as taxas de extrema pobreza entre 1,1 e 5,5 p.p., a depender do cenário¹⁴. Isto faria com que entre 85 e 419 milhões de pessoas entrem na extrema pobreza.

¹² Nos anos mais recentes (2017), com dados do Banco Mundial, o Brasil está na oitava posição no ranking de desigualdade.

¹³ Último ano disponível da informação é de 2018, no Banco Mundial, e considera a parcela da população que vive com menos de 1,90 dólares por dia. Os dólares são em paridade de poder de compra.

Ver <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?locations=BR>.

¹⁴ O melhor cenário pressupõe uma queda de 5% do PIB e o pior, uma queda de 20%.

Além dos fatores citados acima, os impactos da pandemia na formação de capital humano também podem ser distintos para diferentes níveis de renda. Ao passar a educação para aulas não presenciais, fatores como falta de acesso à internet, computadores e espaço adequado para o estudo podem gerar impactos ainda mais negativos para crianças mais pobres. Somado a isso, o impacto de supervisores mais escolarizados (os pais) em lares mais ricos pode gerar ainda mais desigualdades nesta formação de capital humano (Doyle, 2020). De forma que acompanhar os resultados das coortes que mais sofrerão com este impacto é um bom caminho para entender se tais desigualdades no aprendizado foram realmente majoradas em tempos de pandemia.

Conclusão

Neste editorial, apresentamos e discutimos os desafios que a pandemia de coronavírus impõe sobre a economia e sobre o agravamento da desigualdade no Brasil. Ressaltamos que nossa análise possui severas limitações, principalmente devido ao desconhecimento científico sobre o comportamento do SARS-CoV-2. Dados recentes sugerem que a economia brasileira, que já vinha fragilizada, será fortemente impactada pela pandemia no curto-prazo. A recuperação econômica dependerá se esse choque será transitório ou se resultará em efeitos duradouros. No que tange a desigualdade, a literatura sugere que pandemias tendem a agravar desigualdades. Estudos recentes sobre a atual pandemia já sugerem a ocorrência de tais efeitos.

Há esperança de que o desenvolvimento da vacina contra a COVID-19 seja rápido. De acordo com a OMS, atualmente são testadas 110 vacinas ao redor do mundo. No dia 18 de maio de 2020, a Moderna, empresa americana de biotecnologia, divulgou que oito voluntários responderam positivamente após receber a substância em teste, gerando defesas ao vírus no organismo. Nesse mesmo dia, as ações da Moderna valorizaram-se 25%, acumulando valorização de mais de 240% no ano. As ações da empresa Pfizer, também na corrida pelo desenvolvimento da vacina, apresentam valorização de mais de 30% desde o início do ano¹⁵.

Existem poucas iniciativas de esforços conjuntos para descobrir a vacina. A OMS, por exemplo, criou uma plataforma de cooperação internacional (*ACT Accelerator*) para desenvolvimento da vacina, da qual o Brasil não faz parte. No entanto, parece que ainda não será desta vez que teremos um esforço coordenado globalmente para superar um problema que é de todos. Sendo assim, a sorte da humanidade em relação a COVID-19 está no parágrafo anterior: a vacina gera lucros enormes para quem descobri-la. Assim como em outros problemas - combate à pobreza, à fome, e ao aquecimento global - parece que coordenação internacional não é o nosso forte, salvar vidas simplesmente por salvá-las, tampouco.

¹⁵ A PFIZ34 na Bovespa está cotada a R\$ 203,76 (29 de maio de 2020) e estava cotada a R\$ 157,65 no início do ano.

Referências

AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago; DA MATA, Daniel. More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic. SSRN, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3582908>. Acesso em: 10/05/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Focus: Distribuição de Frequência Expectativas de Mercado. Brasília, jan. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Focus: Relatório de Mercado. Brasília, mai. 2020.

BARRO, Robert; URSÚA, José; WENG, Joanna. The coronavirus and the great influenza pandemic: Lessons from the "spanish flu" for the coronavirus's potential effects on mortality and economic activity. *National Bureau of Economic Research*, Cambridge, Working Paper 26866, mar. 2020.

BATISTA, A. et al. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. *Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS)*, Rio de Janeiro, Nota Técnica 11, mai. 2020.

CORONAVIRUS RESOURCE CENTER. Maps & Trends. Coronavirus resource center, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data>. Acesso em: 30/06/2020.

CORREIA, Sergio; LUCK, Stephan; VERNER, Emil. Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. SSRN, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3561560>. Acesso em: 05/05/2020.

DOYLE, Orla. COVID-19: Exacerbating educational inequalities. *Public Policy.Ie*, 2020. Disponível em: <http://publicpolicy.ie/papers/covid-19-exacerbating-educational-inequalities/>. Acesso em: 24/05/2020.

EUROCONTROL. COVID-19 impact on the European air traffic network. Eurocontrol, 2020. Disponível em: www.eurocontrol.int/covid19#response-to-covid-19. Acesso em: 19/06/2020.

FIOCRUZ. Dados abertos do InfoGripe. InfoGripe, 2020. Disponível em: <http://info.gripe.fiocruz.br/>. Acesso em: 30/05/2020.

FURCERI, D. et al. COVID-19 will raise inequality if past pandemics are a guide. *Vox CEPR Policy Portal*, 2020. Disponível em: <https://voxeu.org/article/covid-19-will-raise-inequality-if-past-pandemics-are-guide>. Acesso em: 19/05/2020.

KWOK, K. et al. Herd immunity—estimating the level required to halt the COVID-19 epidemics in affected countries. *Journal of Infection*. v. 80, n. 6, p. e32-e33, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Rio de Janeiro, 2020.

LISBOA, M et al. Impacto Fiscal da Pandemia: Andando sobre gelo fino. José Roberto R. Afonso, 2020. Disponível em: <https://www.joserobertoafonso.com.br/impacto-fiscal-da-pandemia-lisboa-et-al/>. Acesso em: 20/05/2020.

MIKS, Jason; MCILWAINE, John. Keeping the world's children learning through COVID-19. UNICEF Website, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/coronavirus/keeping-worlds-children-learning-through-covid-19>. Acesso em: 19/06/2020

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Novo CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília, 2020.

RITCHIE, H. et al. Coronavirus Pandemic (COVID-19). Our World In Data, 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 28/05/2020.

SEBRAE. O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios – 2ª edição. Sebrae, 2020. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-impacto-da-pandemia-de-coronavirus-nos-pequenos-negocios,192da538c1be1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 15/05/2020.

SILVA, Julio; RIBEIRO-ALVES, Marcelo. Social Inequalities and the epidemic of COVID-19: the Case of Rio de Janeiro. Arca Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41372>. Acesso em: 26/05/2020.

SPREEUWENBERG, Peter; KRONEMAN, Madelon; PAGET, John. Reassessing the global mortality burden of the 1918 influenza pandemic. *American journal of epidemiology*, v. 187, n. 12, p. 2561-2567, 2018.

SUMNER, Andy; HOY, Chris; ORTIZ-JUAREZ, Eduardo. Estimates of the Impact of COVID-19 on Global Poverty. *WIDER Working paper*, Helsinki: UNU-WIDER, 43, 2020.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Gross Domestic Product, 1st Quarter 2020 (Second Estimate); Corporate Profits, 1st Quarter 2020 (Preliminary Estimate). BEA, 2020. Disponível em: <https://www.bea.gov/data/gdp/gross-domestic-product>. Acesso em: 30/05/2020.